

VII Colóquio Marx e Engels

Rui Facó: uma perspectiva marxista na explicação do Brasil

Milton Pinheiro

Professor da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

GT 2 – Os marxismos

Este artigo procura situar os estudos de Rui Facó sobre o Brasil no século XX, como parte constitutiva das aproximações marxistas para explicar o povo e suas lutas. Trata-se de analisar, a partir dos seus trabalhos, os caminhos e trilhas utilizadas por ele para desvendar a realidade brasileira, em especial até o começo dos anos 60 do século passado.

Existe uma construção teórica e política nas suas formulações, que o qualifique como marxista? O nosso argumento é de que encontramos na obra de Rui Facó uma perspectiva de explicação do Brasil, dentro do arcabouço e da tradição marxista, centrada nos seus estudos sobre a formação social brasileira, a partir das categorias: povo, nação e lutas sociais.

Compreendo que Rui Facó é uma síntese do intelectual marxista que, exerceu uma profunda militância política, e interpretou a história do povo brasileiro a partir das premissas que envolviam as transformações sociais. Mesmo sabendo que, “Estas características delineiam o caminho específico do Brasil como nação: suas classes dominantes procuram evitar por todos os meios o aguçamento das contradições e das lutas, impedir que destas participe o povo, que ganhem preponderância as forças radicais” (FACÓ, 1960, 32).

Por que então estudar Rui Facó, já que, apesar do seu cabedal explicativo sobre o Brasil, analisar a realidade com o horizonte na perspectiva da transformação não encontra ressonância no ambiente acadêmico brasileiro? Tendo a historiografia e a sociologia compromissada com cânones oficiais e “olhares” superficiais, vulgares, pautado pela influência pós- moderna (NETTO, 2004), que decretou o fim do rigor historiográfico e o aprofundamento da análise política, definido que esse temário de pesquisa não é relevante. Para além das falsas premissas, encontramos em Rui Facó uma interpretação da realidade, que foi construída por homens e mulheres nos seus processos de luta, cuja orientação era a procura por uma nova sociabilidade na história. Em virtude disso, ele se transformou em um desses intérpretes do Brasil, “desaparecido” pela lógica oficial da irracionalidade acadêmica.

Assim, resgatar para o debate, o pensamento de Rui Facó, é trazer para os estudos contemporâneos, do ponto de vista teórico e político, uma vertente analítica que foi criada para interpretar o Brasil no século XX, e que tinha como eixo irradiador entender a formação social para explicar as manifestações do povo.

Das origens a busca do Brasil

Rui Facó nasceu em Beberibe, no Ceará, em quatro de outubro de 1913 e, a sua inserção na realidade nordestina permitiu que ele desenvolvesse, a partir desse *lócus*, uma explicação sobre a realidade brasileira nesse contexto social. Portanto, Rui Facó levou em consideração a força do povo no seu processo de autoconstituir-se. É desse programa de pesquisa que ele vai analisar: o povo contra a opressão, o povo contra a escravidão, o conjunto das lutas sociais, as manifestações dos índios, dos escravos, o que ocorreu em Canudos, às manifestações e atos dos cangaceiros, os movimentos dos beatos, os movimentos republicanos, as lutas de libertação do imperialismo, e o latifúndio. Tudo isso, a partir do princípio dialético da relação entre dominação e resistência, que formou o povo brasileiro.

O debate sobre a formação do povo permitiu que Rui Facó elaborasse um discurso que apreendia a questão do racismo, a sua presença na vida política, social e econômica do país e o combatia, nas suas formulações, essa perspectiva. Para ele, a presença do racismo entre nós era a manifestação do racismo norte-americano que se apoderou de nossa sociabilidade (FACÓ, 1960). Essa questão era uma de suas preocupações, quando, já no primeiro momento, superou a interpretação de Euclides da Cunha sobre a relação do homem com a terra e o meio (FACÓ, 2009).

Rui Facó analisava as particularidades da realidade histórica do Brasil, pautado em duas questões: primeiro, naquilo que qualifica como estrutura com características “semifeudais” no campo e, num segundo momento, a questão do monopólio da terra.

Ele identifica como questões centrais da realidade brasileira e que precisavam ser afrontadas: o tema do latifúndio, o monopólio da terra, a ação do colonialismo e as tradições seculares que eram emanadas pela permanência da terra nas mãos de poucos. Essa dominação tinha um peso cultural sobre a realidade nacional, em especial pelo papel que as classes dominantes davam aos segregados dessas situações, “Para a nossa história têm sido encarados como fenômenos extra-históricos. ‘Banditismo’, ‘fanatismo’ são expressões que os resumem, eliminando-os dos acontecimentos que fazem parte de nossa evolução nacional, de nossa

integração como nação, de nosso lento e deformado desenvolvimento econômico” (FACÓ, 2009, 25).

Nesse sentido Rui Facó é um historiador do desenvolvimento do país, do desenvolvimento desigual do nordeste, do papel dos movimentos sociais, ou seja, levando em consideração a questão nacional, a questão sindical, estudantil, camponesa, o papel da igreja, a imprensa, e o papel da “burguesia nacional”, analisada por ele, à semelhança das leituras que o Partido Comunista (CHILCOTTE, 1982) fazia, como uma articulação dessa burguesia de caráter nacional-democrática, no sentido de construir as transformações. Algo questionável na interpretação mais contemporânea desse período, todavia, muito comum nas interpretações da época em que ele viveu, em especial, dentro da intelectualidade de esquerda (SODRÉ, 1963).

No seu plano de trabalho e pesquisas para escrever o livro *Brasil Século XX*, um minucioso e importante trabalho, pouco conhecido, publicado entre nós a partir do livro que foi lançado na Argentina, Rui Facó, traz, também, uma discussão sobre o surgimento da indústria, assim como um debate sobre o papel da “burguesia nacional” no desenvolvimento da indústria e da política. Para ele havia um antagonismo entre a “burguesia nacional” de um lado, o imperialismo e o latifúndio, de outro.

O livro *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*, publicado após a sua morte em 1963, tem um valor histórico extraordinário. Apresenta uma interpretação inédita das contradições nordestinas, pautada nas questões da terra e do poder político em curso no Brasil daquela época e, tudo isso, analisado com o rigor da dialética marxista, pois apreende na história o processo das contradições. Nessa mesma perspectiva, encontramos no trabalho, *A guerra camponesa de Canudos*, publicado no jornal *Novos Rumos* em fins de 1958, os argumentos que iriam se tornar estruturantes para a confecção da linha de abordagem que construiu o seu livro clássico.

O debate sobre a história de Canudos e Antonio Conselheiro, Juazeiro e Padre Cícero, jagunços e cangaceiros, além de uma análise que leva em consideração a totalidade dos fenômenos, passam a ser entendidos como uma guerra de extermínio, realizada pelas classes dominantes contra os brasileiros (FACÓ, 2009). Rui Facó argumenta que as ações das classes dominantes sobre esses levantes, era no sentido de exterminar amplos segmentos de camponeses.

O livro apresenta, a partir de uma grande pesquisa de campo, com farta documentação, utilizando-se do recurso das fontes primárias, uma análise sobre os trabalhadores sem terra, explorados e perseguidos em todo o Brasil, em particular no nordeste.

Numa ampla pesquisa a respeito de como era e o que fez o cangaço, Facó avalia esse fenômeno como um passo à frente na organização do campo. Ao lado dessa análise, ele encontra no papel político das classes dominantes, sempre uma reação no sentido de impedir o ajuntamento de comunidades, entendido aí como ajuntamento de pessoas pobres em várias áreas do nordeste. Na lógica do poder político em vigor, essa situação era um perigo à continuidade da dominação de classe que perenizava o latifúndio. E, ao mesmo tempo, uma preocupação da burguesia do campo, atrasada e reacionária, sobre o princípio de solidariedade que se estabelecia entre homens e mulheres das diversas comunidades onde ocorreram lutas pela terra (FACÓ, 2009).

Rui Facó questiona a leitura oficial sobre o papel do misticismo como elemento dotado de passividade no processo de resistência. Para ele, podem-se até encontrar características de uma resistência passiva a partir do papel desempenhado por figuras como: Antônio Conselheiro, beato Lourenço e Padre Cícero. No entanto, essa passividade como forma de luta não era real e concreta no conjunto das manifestações de resistências que foram encontradas no campo do início do século XX até o começo dos anos 60.

Não obstante, poderemos encontrar na construção analítica e interpretativa de Rui Facó uma compreensão sobre o desenvolvimento econômico do país, da situação das forças produtivas, das possibilidades de alianças políticas para superar esse atraso, uma forte influência dos documentos elaborados pelo PCB, que sofria uma duradoura influência dos postulados canônicos da III Internacional (CLAUDIN, 1985), naquele momento ossificados pelo stalinismo, existia em Rui Facó, a construção de uma interpretação que era avessa ao dogmatismo, e que elaborou uma análise muito particular que se tornou clássica sobre o campo dentro da realidade brasileira.

Sua percepção sobre novos personagens e o papel do campo na formação social brasileira, denota seu ineditismo. Ao se contrapor às formulações racistas de Euclides da Cunha, ele construiu uma crítica original. Na compreensão sobre o grau de desenvolvimento das forças produtivas, na leitura sobre as classes sociais e suas frações, na análise das lutas sociais como princípio pedagógico para a emancipação humana, percebe-se a qualidade metodológica de seus instrumentos, seu rigor na pesquisa e o compromisso social e político.

Constata-se, a partir desse cabedal, o refinamento conceitual para entender o seu tempo, o que comprova ser Rui Facó, a partir da sua síntese explicativa, um intérprete do Brasil.

Para além das questões que realçaram a totalidade de sua pesquisa, o rumo para entender o país era consorciado às perspectivas que passavam pela libertação da opressão estrangeira, isso na análise da Reforma Agrária como instrumento radical de posse da terra e na relação das lutas de classe. Sempre existe, em Rui Facó, uma preocupação com o conjunto das ações de luta, explicitada na dinâmica de combate dos movimentos populares e no papel das classes dominantes como pólo antagônico, que constantemente usavam a repressão para conter as lutas do povo.

Seus estudos sobre as contradições sociais, o papel desenvolvido pelas classes em disputa, a intervenção das frações de classe no processo político são rigorosamente submetidas ao crivo do aprofundamento da revolução de 1930. Vejamos, “O principal golpe contra o poder político dos grandes latifundiários, sobretudo nordestinos, em cujos domínios mais solidamente subsistiam os restos feudais, foi desferido pelo movimento revolucionário de 1930” (FACÓ, 2009, 209). Além do mais, Facó aprofunda na sua interpretação sobre o caminho para as transformações, a partir de duas perspectivas: a luta democrática e os levantes armados. Sempre vistos pela ótica da necessidade de participação das massas.

Todo seu trabalho intelectual e debate cultural se deram ao lado do PCB, o operador político que escolheu para atuar, desde os seus primeiros momentos como contestador da ordem. A sua interpretação da realidade brasileira foi no sentido de contribuir para apurar uma explicação que permitisse ao povo e aos movimentos, uma melhor posição no conjunto das disputas políticas do Brasil. Todavia, estava muito claro para ele, o campo que pertencia.

As lutas e a formação do intelectual orgânico

Rui Facó ficou na sua cidade natal até terminar o ensino básico, quando premido pela necessidade de trabalhar, mudou-se para Fortaleza. Procurou emprego na função em que já demonstrava alguma habilidade, o jornalismo. Nessa cidade, no início dos anos 30, começou o curso de direito e passou a freqüentar o ambiente cultural e político que contestava a ordem em vigor. Nessa época ele conheceu intelectuais, a exemplo de Rachel de Queirós, e entrou para o Partido Comunista. Percebe-se, nos seus escritos dessa época, uma preocupação constante com as mazelas daquela sociedade regional. Vinhas (1963) afirma que podemos encontrar nos seus trabalhos uma perenidade temática que é marcada pela miséria do povo dentro do seu universo regional.

No ano de 1935 o país passou por profundas agitações políticas, tais como a criação do grande movimento de frente única que foi ANL (CARONE, 1982), que contestava o governo Getúlio Vargas; e os levantes armados de novembro. (VIANNA, 2007). Rui Facó participou das manifestações de massas que abalaram 1935, em especial, o conjunto de ações e lutas, organizadas pela ANL e o PCB.

Logo, transferiu-se para Salvador, onde se formou em direito e teve uma grande atividade jornalística. Trabalhou nos *Diários Associados* e participou da fundação da revista *Seiva*, em 1938. Ainda na Bahia, durante a segunda metade dos anos 30, Rui Facó foi encarcerado pela polícia getulista. Contudo, pode aprofundar seus estudos sobre a formação social brasileira, desenvolveu intensa atividade política e lutou contra o nazifascismo.

Com o fim da guerra, Rui Facó se mudou com sua família para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar na redação do jornal *A Classe Operária*. A partir desse momento, quando ele passou a escrever para diversos jornais e revistas de todo o país, percebe-se que ele já estava construindo o alicerce das suas formulações sobre a formação social brasileira. O PCB havia se tornado legal e tinha disputado a eleição para presidente da república. Pois havia sido

(...) Registrado pelo Tribunal Eleitoral e podendo pela primeira vez participar diretamente de eleições, apresentar seus próprios candidatos, o Partido Comunista obteve uma votação excepcional para a época: mais de 500 mil votos, isto é, mais de 8% dos votantes (...) As classes dominantes ficaram alarmadas com esta colocação do Partido Comunista, no quarto lugar entre 12 partidos em 1945 (...) (FACÓ, 1960, 146).

Naquele interlúdio democrático, a conjuntura era de ascenso das massas. A imprensa comunista estava em crescimento, isso em virtude da legalidade conquistada pelo PCB e pela grande presença desse operador político no cenário das lutas sociais (CARONE, 1981). Depois de um enorme período de ilegalidade, o PCB se transformou no primeiro e grande partido de massas. Era visível a presença dos comunistas no parlamento, no meio cultural e intelectual, organizado entre os trabalhadores do campo e da cidade, todavia, as suas formulações, pautado pelo fogo da conjuntura, contavam com dubiedades que poderiam desarmar o partido para as próximas batalhas: particularmente, na análise sobre a burguesia

no Brasil, e na compreensão sobre quem seriam os aliados estratégicos, para construir o bloco que fomentaria a ruptura.

A conjuntura brasileira sempre foi tensionada pela ação bonapartista como instrumento de coesão da classe dominante, utilizado como recurso político para evitar qualquer risco à manutenção do poder em suas mãos. E a classe dominante agiu. Mesmo o PCB sendo um grande partido de massas (contava com 200 mil filiados), com mais de uma centena de vereadores e deputados estaduais, com 14 deputados federais e um senador, Luis Carlos Prestes, mais 03 deputados federais por outras legendas, com uma grande influência cultural, artística e intelectual, o partido foi posto na ilegalidade pelo general Dutra, o Le Petit de plantão. Seus parlamentares foram cassados e começou uma feroz perseguição aos comunistas, com prisões, torturas e assassinatos (FALCÃO, 1988).

O PCB voltou-se para a mais cerrada clandestinidade e elaborou uma nova linha política, agora marcada, por uma diferente dubiedade contida no documento de 1949 e no Manifesto de Agosto de 1950: era a radicalização completa a partir da criação da FDLN, tendo em vista o horizonte da luta armada e a criação de organismos paralelos no movimento sindical e social (VINHAS, 1982). Essa nova linha política não encontrava bases reais e concretas para se efetivar. Novamente, o fogo da conjuntura precipitava o PCB para formulações que não respondiam as demandas postas pela realidade. É nesse contexto que Rui Facó, em 1952, foi morar na URSS, trabalhando na Rádio Moscou, onde teve uma intensa “atividade literária e jornalística” (VINHAS, 1963, 138).

Na estada de Rui Facó em Moscou, uma questão chama a atenção e torna-se relevante, apesar da concordância com a linha política externada pelo PCB, e do viés que esses textos apresentavam como repercussão de diretrizes da III Internacional, Rui Facó, um intelectual que aguçava a suas pesquisas com o material da realidade observada, percebeu a profunda distorção que o culto a personalidade de Stálin disseminava sobre as atividades culturais e intelectuais, impedindo, assim, o livre desenvolvimento das potencialidades ensejadas pelo socialismo (VINHAS, 1963).

De volta ao Brasil em 1958, Rui Facó iniciou uma nova fase, afirmando-se como intérprete do Brasil, escrevendo sobre a formação social, construindo uma rica análise sobre a nação, e uma perspectiva teórica sobre o povo.

Temas e debates para uma teoria do Brasil

A partir de 1958, Rui Facó lançou as bases para as suas formulações mais sistemáticas, que estão contidas nos livros *Brasil século XX* e no clássico, *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. A primeira questão a se destacar, é o profundo conhecimento da realidade brasileira, manifestada nas análises sobre a nossa formação social, no exercício de compreensão dos principais momentos históricos, tendo como elemento central, os acontecimentos sociais.

Rui Facó utiliza-se de um recurso metodológico empreendido pelos grandes historiadores marxistas, ao apreender a história a partir de uma perspectiva. No caso dele, essa busca da história é feita do ponto de vista de classe, no sentido de examinar o ascenso das massas, a repressão que se abateu sobre ela e o desenvolvimento das lutas sociais.

Em seus estudos sobre as relações da igreja com o Estado e sobre a revolução de 30, Facó demonstra o seu rigor como historiador e cientista político. Essa preocupação analítica é patente nos seus trabalhos sobre o papel da imprensa na vida política do país, onde se utilizou de vasta documentação. Além disso, sua pesquisa sobre o desenvolvimento brasileiro, relacionadas ao processo dos acontecimentos sociais e políticos, o leva a construção de uma análise sobre o surgimento da indústria, em articulação com o papel da chamada “burguesia nacional”.

Como historiador do desenvolvimento, Facó exercita uma preocupação de pesquisa com as particularidades da realidade brasileira, estudando as estruturas do campo, a partir de uma percepção em que ele localizava práticas e resquícios que, em tese, caracterizariam o feudalismo, mas também, sobre a questão do monopólio da terra.

O componente *povo* ganhou um relevo extraordinário em sua obra, tornando-se uma categoria explicativa do contexto empírico. Essa categoria é usada para explicar a construção da nação. No entanto, também aborda os sentidos pejorativos que são construídos pela sociologia e a história oficiais. Pois, existe em sua obra um combate ao racismo contido no biologismo de Euclides da Cunha e tantos outros, aos insultos sobre a mistura das “raças”, e no enfrentamento das leituras oficiais sobre o ajuntamento do povo pobre, que era entendido como promiscuidade. Rui Facó defende uma posição sobre o povo brasileiro que passa, sempre, pela perspectiva de suas lutas e interesses, da força do povo ao se autoconstituir, da convicção no papel do povo no futuro do Brasil, e de suas possibilidades no sentido da construção de uma sociedade sem classes e culturalmente emancipada, tudo isso, em consonância com as lutas históricas da humanidade, em sua marcha, não linear, para o progresso.

Último ato: quando as cortinas se fecham

Rui Facó desenvolveu uma intensa e qualificada intervenção no debate jornalístico em curso, dos anos de 1958 a 1963. Todavia, encontramos a sua enorme presença, para além desse período, como militante da pena, em muitos periódicos e jornais: *Seiva*, *Flama*, *Continental*, *Problemas*, *Estudos Sociais*, *A Classe Operária*, *Tribuna Popular*, *Hoje*, *O Momento*, *O Democrata*, *Voz Operária*, *Novos Rumos* e na agência de notícias, *Interpress*.

Como escritor comunista, Rui Facó nos brindou com alguns textos de imenso valor histórico, como o opúsculo, *A Classe Operária – 20 anos de luta*, que construiu a história do jornal central do PCB, da sua fundação até ano de 1945. Assim como a cartilha, *PRESTES – Cavaleiro da Esperança*, que tinha desenhos de Percy Deane e que teve grande divulgação, em virtude do prestígio político do líder comunista.

Encontramos ainda, uma grande quantidade de artigos e trabalhos sobre acontecimentos relevantes da história política do Brasil, como a cobertura sobre a eleição de Miguel Arraes, direto de Pernambuco em 1962, para o jornal *Novos Rumos*. O artigo sobre a fundação do Movimento Unificador dos Trabalhadores, *O MUT, instrumento de unidade da classe operária*, publicado no jornal *Tribuna Popular*, em 1945. O alentado ensaio sobre um personagem do movimento comunista internacional, *O Bolchevique Zhdánov (FACÓ, 1948)*. Também temos, um denso estudo sobre as lutas dos camponeses em 1963, mas, também uma incursão pela crítica teatral, quando da estréia de uma peça de Dias Gomes, em 1962.

O intelectual orgânico e militante da pena, Rui Facó, dedicou os últimos 5 anos da sua vida ao exercício da contra-hegemonia ideológica, através da sua intensa produção jornalística na redação do jornal *Novos Rumos*. Foi como jornalista que ele fez a sua última viagem e lutou a sua última batalha.

Rui Facó morreu no dia 15 de março de 1963 em um desastre aéreo na Bolívia, antes mesmo de completar 50 anos. Não obstante o prematuro desaparecimento, ele nos legou uma explicação sobre a realidade brasileira a partir das lutas sociais. Afinal, novos atores, trabalhadores do campo e da cidade tiveram em Rui Facó o pesquisador participante, o cientista social que não foi leviano com a verdade das lutas que marcaram, no Brasil, aquele breve século XX.

Bibliografia

- CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. Vol. II. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. *O PCB – 1922 a 1943*. Vol. I. São Paulo: Difel, 1982.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922 – 1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDIN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*. Vol. I – a crise da Internacional Comunista. São Paulo: Global, 1985.
- FACÓ, Rui. *A Classe Operária – 20 anos de Luta*. Rio de Janeiro: Horizonte, 1945.
- _____. O Bolchevique Zhdánov. *Problemas da Paz e do Socialismo*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 56-85, out. 1948.
- _____. A Guerra Camponesa de Canudos. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 7-8, 17 out. 1958.
- _____. *Brasil Século XX*. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.
- _____. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FALCÃO, João. *O Partido Comunista que Eu Conheci*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1988.
- NETTO, José Paulo. *Marxismo Impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (2ª edição) *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1963.
- VINHAS, Moisés. Aspectos da Vida e da Obra de Rui Facó. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 137-147, Nov. 1963.
- _____. *O Partidão*. A luta por um Partido de massas. São Paulo: Hucitec, 1982.